

A crise é de competência

José Néumanne Pinto

Já que a crise está aí mesmo e isso ninguém discute, de repente o esporte favorito do Brasil passou a ser a discussão da natureza desta crise. Os políticos não querem mais discutir política, porque juram que a crise é econômica. Os economistas garantem que já deram o que tinham de dar e vêm na política a raiz de todas as nossas aflições. Uns e outros concordam que problema mesmo vai ser quando vier a explosão da crise social.

Expedito Machado, que foi ministro da Viação, mas principalmente negociador trabalhista, do interrompido governo-tampão de Jango Goulart, e hoje é líder do grupo moderado da bancada do PMDB na Constituinte, tem uma opinião divergente de seus colegas políticos e dos economistas em geral. Ele acha que a crise do Brasil, a maior de todas hoje, é a da incompetência. É dramática a falta de quadros no Brasil. Arrancado à força do governo, enviado ao exílio parisiense sem escolha, o atualmente bem-sucedido empresário, que costura jeans e engarrafa refrigerantes, não tem dúvida em lamentar: "Em 1964, havia, pelo menos, três grandes especialistas para cada setor importante da administração pública brasileira. Hoje você procura, procura e não acha ninguém". O mais grave: ninguém nega que, em 1964, o Congresso que derrubou o governo, do qual Expedito era ministro, era muito melhor do que esta Constituinte em ação aí.

Diz o povo que, em casa onde falta pão, todos gritam e ninguém tem razão. Falta muito pão neste Brasil do Cruzado III, mas, por incrível que pareça, todos têm razão. A crise é política, como querem os economistas, econômica, como preferem os políticos, e de eficiência, como define Expedito Machado. Quando vier a ser social, por consequência de conjugação tão perversa, vai ser um deus-nos-acuda. Se ele puder.

A crise da eficiência não é somente o resultado inevitável de um esgotamento de quadros. É também — e principalmente — uma crise de raízes profundamente implantadas na mentalidade ora predominante no Brasil. A incompetência não é apenas regra geral, na administração pública, na gestão privada, na política e na economia. A ineptitude passou também a ser uma meta ao alcance de todos, um estado de espírito quase nobre, perseguido pela coletividade.

Somente uma mentalidade assim pode explicar, por exemplo, a luta renhida que os sindicatos e a federação dos jornalistas profissionais travam para manter a reserva de mercado aos bacharéis diplomados em esdrúxulos cursos de Comunicação. O corporativismo, que comanda essa guerra feroz pela consagração constitucional de um privilégio injustificável, é a fórmula mais eficaz de premiar a ineficiência, garantindo a nivelação por baixo, condição sine qua non do populismo.

Mas os jornalistas não são os únicos nem muito menos os mais importantes pilares do corporativismo no Brasil. No Congresso-Constituinte, estão sendo pescadas as mais sólidas pérolas de uma mentalidade fanática, que se pretende distributivista e se diz progressista, mas que não passa de uma garantia conservadora da ineficiência, mal-interpretada como meio de justiça social. É isso que faz a futura Constituição tão grande e provavelmente a condenará à morte precoce, por gigantismo. Nos 900 artigos, que podem sobreviver à poda do relator da Comissão de Sistematização, Bernardo Cabral, persegue-se qualquer possibilidade de competição (único método capaz de medir e estimular a

eficiência), como um gato cerca um rato, pelos quatro cantos da sala.

O relatório da Comissão da Ordem Social exibe, lustroso, o dispositivo que garante uma jornada semanal de 40 horas e a estabilidade no emprego para todos, logo após os 90 dias de experiência nas empresas. Se tal dispositivo constitucional for levado mesmo à vida real (duvida-se que texto tão comprido possa vir a ser cumprido), o capitalismo brasileiro estará levando um tiro mortal. Mas, na verdade, não é nele que os constituintes estão atirando. Eles estão mesmo é querendo manter no emprego os milhões de funcionários públicos que garantem as suas permanentes reeleições ao Congresso Nacional, agora ameaçados por uma lei econômica simplezinha, segundo a qual só não vai à falência aquele que conseguir manter suas despesas abaixo de suas receitas. É muito pouco provável que o plenário da Constituinte, sitiado pelas ruidosas galerias cheias de "servidores", que se têm servido muito da Nação, mas pouco a servem, derrube tais normas. É mais provável que, consagradas na letra constitucional, elas sirvam de eficientes vacinas contra a "doença", imperdoável para os burocratas, da competição e da competência.

Na aparência, os mecanismos que, a partir desta semana, passaram a infernizar a vida do deputado Bernardo Cabral, são importantes conquistas sociais. Na essência, o longo texto da nova Constituição, costurado entre o oportunismo e a acomodação, é o caminho mais curto para o abismo da ineficiência, que inviabilizará de vez qualquer projeto de progresso (progressista) para este país.

Há um gritante exemplo no trânsito de São Paulo desta diferença profunda entre o discurso e a realidade do corporativismo crônico, de que está acometido o Brasil. O atual líder da bancada do partido majoritário na Constituinte, senador Mário Covas, foi prefeito da maior cidade do país e nela construiu o maior absurdo urbanístico registrado na administração metropolitana no mundo inteiro: um corredor de transportes coletivos no meio de duas avenidas importantes. O povo já o apelidou, com justiça, de "atropelódromo" ou de "corredor da morte". Não se resolveu, apesar de todo o dinheiro gasto, o problema do transporte coletivo, cada dia mais aflitivo na cidade, e se complicou demais a vida dos passageiros de automóveis particulares. Ao confundir um problema técnico de trânsito (no fundo, o engenheiro Mário Covas sabe, uma questão de hidráulica, pois se trata de compatibilizar o "fluxo" dos veículos com o "duto", a via) com um impasse de justiça social, o líder do PMDB na Constituinte deu bem o exemplo de como essa questão está sendo tratada: já que é impossível resolver o problema dos mais pobres, porque falta competência para isso, é imperativo tornar insuportável a vida dos que não são tão pobres.

Num país de distâncias abissais entre miséria e opulência como o Brasil, um argumento destes pode até parecer cínico. Seria, se não fosse óbvio. O PMDB, montado no lombo do ginete da popularidade, por basear seu discurso político na sistematização dos ideais corporativistas, já optou claramente pela distribuição da pobreza, uma vez que, no governo, se tem mostrado um gerente incapaz de induzir a sociedade a produzir mais eficientemente riquezas. Por isso, ser otimista é ser insensato. A crise de competência, matriz da ineficiência geral, está apenas começando e se reproduz com uma velocidade de fazer inveja aos insetos mais proliferados. É missão urgente, para qualquer brasileiro interessado em prosperar e progredir, conter essa proliferação. Mas está cada vez mais difícil fazer isso.